

Além do institucional: crise, partidos e sociedade no Brasil atual

Marco Aurélio Nogueira

O presente artigo sustenta que a crise do governo Lula é profunda e traumática porque não se reduz a um problema de corrupção. Ela afeta essencialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), que em um dado momento de sua história se converteu em máquina eleitoral e se concentrou na conquista da Presidência da República. O que está em jogo no Brasil atual é um modo de fazer política, de conceber o Estado e de pensar a mudança social. Os governantes parecem sem vigor para empreender planos reformadores. A desorganização do mundo do trabalho desarticulou as classes e os grupos de referência, e está arrastando consigo partidos, sindicatos e instituições políticas. O cenário, porém, não é necessariamente «catastrófico».

Marco Aurélio Nogueira: professor de Teoria Política da Universidade Estadual Paulista-UNESP, São Paulo (Brasil), ensaísta e tradutor. Autor, entre outros livros, de *Um Estado para a sociedade civil*. Temas éticos e políticos da gestão democrática (Cortez, 2004) e *Em defesa da política* (Senac, 2001).

Palavras-chave: Governo Lula, Partido dos Trabalhadores, reforma institucional, governabilidade, cultura política.

Eleito de forma consagrada em 2002, Luís Inácio Lula da Silva, principal liderança do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciou seu governo com o compromisso de fazer avançar a reforma das estruturas sociais que bloqueiam e dilaceram a sociedade brasileira. Recebeu um voto de confiança tanto de amplas camadas populares quanto de boa parte das elites, algumas das quais, como as empresariais e as financeiras, apostavam em sua capacidade de promover o desenvolvimento, ainda que receassem a imposição de mudanças estruturais na economia. Afinal, no programa com que disputou e venceu as eleições presidenciais, o PT havia proposto a consecução de três

grandes diretrizes estratégicas: aprofundar a democracia, combater a exclusão social e reduzir a vulnerabilidade externa do país. Para tanto, era inevitável a adoção de uma política econômica que restringisse a liberdade de ação dos capitais e dos mercados, de modo a melhorar a qualidade da inserção do país na economia globalizada.¹ Imaginava-se que o novo governo – impulsionado pelos compromissos históricos do PT e pela agenda desenvolvimentista sustentada por amplas faixas do movimento democrático – acabasse por aperfeiçoar e aumentar o controle sobre os fluxos de capitais e a taxa de câmbio.

Já na campanha eleitoral, ciente das dificuldades que um governo presidido por Lula enfrentaria, o PT flexibilizou suas propostas e patrocinou uma coligação política mais ao centro, escolhendo o empresário José Alencar (Partido Liberal) para ocupar a vice-presidência. Optou por agir de forma conciliadora e cautelosa, com a intenção explícita de acalmar os mercados e desarmar seus adversários, preparando-se para o fato de que o governo que sairia das urnas não iria dispor de maioria parlamentar e teria de ganhar estabilidade em um contexto de turbulência financeira e tensão social.

Haveria no entanto mais *pragmatismo* que *realismo*. Ao tomar posse em janeiro de 2003, Lula anunciou à sociedade um ministério eclético e moderado, que reunia – sem critérios claramente explicitados – quadros partidários, empresários e parlamentares de partidos aliados. Designou um banqueiro para o Banco Central e fixou, como eixo de gravitação do governo, uma equipe econômica ortodoxa, a qual foi encarregada de dar continuidade à política de ajuste fiscal e estabilização monetária em vigor.

Fez assim uma opção de risco, que o levou em pouco tempo a um beco sem saída: em vez de articular as elites econômicas, acabou por ser articulado por elas, afastando-se dos compromissos partidários iniciais e das diretrizes estratégicas de caráter mais programático. Tornou-se um governo “de esquerda” paradoxal, mais preocupado em proteger a economia de ingerências reguladoras e em preservar os detentores de riqueza financeira do que em impulsionar o mundo do trabalho e a reforma social.

Um arriscado projeto de poder

Ao chegar à metade de seu mandato, o governo iria se revelar sem um programa claro e com baixa capacidade de implementar políticas para enfrentar as precárias condições sociais e os gargalos econômicos do país. Contrariando um largo consenso formado entre economistas de diferentes escolas – dos monetaristas aos desenvolvimentistas –, permaneceria aprisionado a uma gestão econômica excessivamente ortodoxa, apoiada

¹ Partido dos Trabalhadores, *Um Brasil para todos: crescimento, emprego e inclusão social*. Programa de Governo 2002. Coligação Lula Presidente. Disponível em <www.pt.org.br/>.

em baixos investimentos públicos, elevada carga tributária e altas taxas de juros. Deixaria a inflação sob controle mas bloquearia a expansão econômica, fazendo com que o PIB não crescesse mais que 2.5% ao ano e comprometendo a expansão da renda e do emprego, que iriam se estabilizar em patamares muito insatisfatórios.

O governo mostrou-se igualmente ambíguo na área social, adotando medidas confusas e assistencialistas. Nessa área, sua principal realização – o programa Bolsa-Família – derivou em boa medida das concepções do Banco Mundial dedicadas a focalizar os gastos sociais e a direcioná-los para os “superpobres”. Configura-se como uma opção “ eminentemente compensatória, necessária para uma sociedade como a brasileira, com níveis elevados de pobreza absoluta, mas claramente insuficiente como elemento de transformação social”.² As escolhas governamentais não impediriam que a pobreza absoluta continuasse a cair e a distribuição da renda melhorasse,³ mas não alterariam substancialmente a face miserável do país, nem introduziriam qualquer inovação ou aceleração no plano das reformas de base (como a da ocupação da terra).

O governo continuou pensando o Estado como um aparelho a ser ajustado e “contabilizado”, sem se preocupar com a questão da qualidade dos serviços públicos e sem dar qualquer passo em direção a uma reforma ético-política do Estado. Ou seja, manteve o imaginário social preso a uma visão negativa do Estado e pouco contribuiu para dar maior agilidade à máquina pública e democratizá-la, estabelecendo novos mecanismos de participação popular e de controle social. Pouco fez para recuperar o Estado como agência central do desenvolvimento, da regulação dos mercados e da promoção do bem-estar social. Para piorar, reiterou a prática tradicional de “usar” o aparelho de Estado para fins particulares, o que injetou novas ondas de fisiologismo, clientelismo e patrimonialismo na área pública.

Houve uma deliberada insistência no preenchimento unilateral de alguns cargos públicos estratégicos (assessorias superiores, direção de empresas e autarquias, além evidentemente da estrutura administrativa dos ministérios), que foram entregues ou à burocracia partidária ou a profissionais do sindicalismo. Em boa medida, o PT “ocupou” o Estado. Governo e partido se interpenetraram de forma deletéria, misturando seus negócios, sua dinâmica e seus interesses. Finalmente, para se sustentar em termos parlamentares, o governo Lula abriu sua coalizão ainda mais à direita, incorporando e patrocinando partidos que lhe impuseram um alto preço

² Ricardo Carneiro, “Política econômica: ruptura ou capitulação?”, in *Revista Eletrônica Gramsci e o Brasil*, outubro de 2005. Disponível em <www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=417>.

³ 25% dos brasileiros ganhavam menos do que US\$ 1 ao dia em 2004, ao passo que em 1992 esse número chegava a 36%. Do mesmo modo, a concentração de renda na faixa dos 10% mais ricos caiu de 48,4% em 1993 para 44,7% em 2004. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas em novembro de 2005. Cf. <www3.fgv.br/ibrecps/queda_da_miseria/inicio_q.htm>.

político e administrativo e ajudaram a que se criassem, dentro do governo, espaços de “compra-e-venda” de apoios, de cargos e de verbas. Nada disso foi, obviamente, sem conseqüências.

Ao se iniciar o ano de 2005, ao mesmo tempo em que passava a sofrer a pressão de suas próprias bases, desejosas de um maior ímpeto reformador, o governo começou a dar mostras de que iria se dedicar antes de tudo à busca de um segundo mandato para Lula. Para falar usando termos que se generalizaram na crônica política brasileira, passou a se dedicar intensivamente a um *projeto de poder*, desinteressando-se da elaboração e da implementação de um *projeto de sociedade*.

Ao se combinar com a baixa performance administrativa do governo e com sua falta de clareza programática, a opção pela recondução de Lula expôs o governo aos diferentes apetites políticos, partidários e corporativos do país. Antes do final do semestre, o governo estava acuado por inúmeras denúncias e investigações judiciais dando conta de que se armara, por dentro dele e sob patrocínio dele, uma ampla e complicada rede de corrupção associada em boa medida às eleições presidenciais de 2006. Vieram a público, com a força de um tornado, indícios claros de que se fazia uso regular de pagamento em dinheiro a parlamentares, de que se repassavam recursos financeiros não-declarados a partidos e a políticos e de que certas instâncias estatais eram usadas para arrecadar fundos eleitorais e obter apoio político no Congresso. A cúpula dirigente do PT, alguns de seus deputados e diversos operadores governamentais surgiram no centro dessas operações.

Foi uma espécie de choque na opinião pública e no equilíbrio político do governo, que mergulhou no marasmo e na confusão. O espectro da crise se agigantou, gerando espanto e indagações. Teria sido a crise provocada por pressões do grande capital e pelas armadilhas preparadas pela oposição liberal inconformada com a derrota de 2002? Ou decorreria de erros de condução política, responsáveis tanto pela montagem de uma coalizão parlamentar à direita e carente de sinalizações programáticas mais consistentes, quanto pela reprodução ampliada de um espírito pouco republicano no vértice superior da administração pública? Seu centro seria o governo ou o Partido dos Trabalhadores? Traria consigo, em sua superação, algum risco para a democracia ou teria um efeito pedagógico, a ponto de poder ser vista como benéfica ao aprofundamento da democratização iniciada em 1985?

A atual cena política brasileira não oferece motivos para otimismo, ainda que não haja no horizonte qualquer indício de golpe pela direita ou de revolução social pela esquerda. A sociedade manifesta sua insatisfação a todo momento e de diferentes maneiras, mas sua voz não assume forma política. A desorganização do mundo do trabalho desarticulou as classes e os grupos de referência, e está arrastando consigo partidos e sindicatos. A própria política encontra-se sem força, a representação parece

levitar, como se lhe faltassem bases. O cenário, porém, não é necessariamente “catastrófico”.

Responsabilidade política e modernidade tardia

Pelo tamanho e pela gravidade dos erros que cometeram, as forças políticas que hoje governam o Brasil, e o PT em particular, devem ser responsabilizadas pela crise que paralisa o país. Há flagrantes culpas e pecados na cúpula governamental e na direção partidária, mas tudo está sobredeterminado pelo que ocorre na base da sociedade e no modo de vida em geral.

O mundo ficou complexo: “encolheu” por ter se tornado mais conectado, ganhou maior diversidade e deixou de ser um todo ordenado por regras e centros claramente reconhecidos. À frenética mobilidade dos capitais, à financeirização e transnacionalização das economias, à segmentação e expansão da oferta de produtos correspondem, no interior das nações, uma maior diferenciação social e uma forte fragmentação. Os Estados e os governos ficam cercados pela economia internacionalizada, que não podem controlar, e pelas demandas e pressões internas a seus territórios, que não podem refrear nem atender. Os governos governam pouco, às vezes nem governam. Em maior ou menor grau, as diferentes mediações políticas e sociais estão ficando comprometidas, e minam as bases da autoridade política.

A dimensão espetacular da vida, a despersonalização das relações sociais, a ocupação de todos os espaços pelo mercado criam uma ainda maior confusão entre o interesse público e o privado. Desse ponto de vista, a democratização contemporânea – da política, dos relacionamentos, do poder – ressurte de um súbito declínio do espírito republicano. No caso brasileiro atual, isso significa a exacerbação de uma característica que acompanhou o processo de formação do Estado nacional e se infiltrou pelos poros da sociedade industrial.

Além do mais, as concretas condições brasileiras não são apenas as da modernidade tardia, mas são também as da periferia do sistema capitalista. Isso faz com que o país conviva com uma tragédia social assustadora, imposta pelo prolongamento do passado e aumentada pelos próprios termos da modernidade tardia. O Brasil atual caminha entre miséria “colonial” e miséria “neoliberal”, entre o subemprego tradicional e o desemprego estrutural. Ainda não resolveu a questão da terra mas apresenta altos índices de agricultura capitalizada e de *agrobusiness*. Entrou no século XXI realizando uma controvertida reforma da Previdência Social. Continua às voltas com a reforma da educação e do ensino superior.

No contexto da modernidade tardia e periférica, é ainda mais difícil desnudar os expedientes que o poder econômico usa para submeter a política. Os brasileiros, em particular, sabem que alguns poderosos esquemas de corrupção e de malversação de fundos públicos existem e operam, mas não conseguem saber onde eles estão e como fazem para agir e se reproduzir. Esforços de investigação – como os que têm sido desenvolvidos pelas diferentes Comissões Parlamentares de Inquérito que funcionam no Congresso Nacional desde julho de 2005 – são neutralizados por minúcias jurídicas e manobras protelatórias e praticamente não chegam a maiores conseqüências práticas, como que a revelar a fraqueza das instituições e a baixa eficácia dos sistemas.

Parte da atual crise brasileira deriva do fato de que o Estado e a política ingressaram em um estágio de “sofrimento”: estão afetados, de certo modo “paralisados”, pelo cruzamento de modernidade tardia e de condição periférica.⁴ Nada funciona muito bem em suas práticas e organizações, nada satisfaz, nada parece ter força suficiente para alterar o rumo das coisas. Como reação, sobem as taxas de angústia e ansiedade, aumenta a inquietação e disseminam-se atitudes de revolta, ceticismo e niilismo, muitas vezes retóricas e impotentes para produzir consensos, contra-tendências consistentes ou mudanças efetivas. O “social” se agita muito, mas não consegue pressionar de fato os governos, nem interferir no direcionamento da ação estatal.

A hipótese de que o presidente Lula venha a sofrer uma ameaça de *impeachment* não está configurada e parece pouco provável, mas não deve ser sumariamente descartada. Setores mais conservadores da oposição, certos segmentos da elite econômica e a própria dinâmica da competição eleitoral pela Presidência em 2006 podem impulsionar uma tentativa desse gênero. A sucessão de escaramuças regimentais, a facilidade com que muitos parlamentares cedem às pressões e seduções do Executivo, a fila escandalosamente longa de tipos esquisitos que integram a “classe política”, os discursos empolados que não dizem nada e sobretudo a impressionante incapacidade que tem o Parlamento de produzir fatos positivos e resolver a crise – tudo isso são indícios de uma preocupante deterioração, que repercute negativamente na dinâmica política e deixa desprotegida a Presidência.

A “classe política” brasileira envolveu-se ativamente no processo de “compra-e-venda” de apoio parlamentar e de financiamento irregular de campanhas eleitorais que está hoje no centro da crise. Parece não ter sido afetada pela democratização das duas últimas décadas, comportando-se como se o país real não lhe importasse. Não se qualificou para apresentar alternativas ou para processar as demandas sociais com competência e efetividade. Ainda que a Constituição de 1988 tenha aberto maiores espaços para a democracia participativa e esta se mostre promissora em diferentes

⁴ Ver a respeito Marco A. Nogueira, *Um Estado para a sociedade civil. Temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo, Cortez, 2004, capítulo 5.

regiões do país, o sistema político como um todo se mantém distante da sociedade, dialoga pouco com ela e não é visto com respeito e confiança pela população. Tornou-se um órgão “corporativo”, que reflete muito mais os interesses e as pretensões da “classe política” do que os interesses da cidadania.

Crises de corrupção, de desarranjo institucional ou de desgoverno passam, por piores que sejam. No decorrer delas, as sociedades se perguntam como poderão reorganizar a convivência e politizar a vida, trazendo o poder de volta para o espaço da política, com suas instituições, seus ritmos e valores. Saídas virtuosas dependem da exacerbação de uma racionalidade ético-política, crítica, emancipadora, impulsionada por sujeitos autônomos e deliberantes. É justamente o que falta no Brasil de hoje.

Uma crise anunciada

A crise do governo Lula expressa a derrota de um segmento da esquerda brasileira que se encontrava em ascensão desde os anos de 1990. Ela também afeta os democratas progressistas, que estiveram enlaçados pelo mesmo movimento promissor de mobilização social e de ímpeto reformador que embalou a chegada de Lula ao governo. Mas essa é uma avaliação genérica e imprecisa, e não propriamente justa. Não foram todos os progressistas que endossaram as escolhas feitas por Lula e pelo PT. Mesmo entre os petistas houve quem se pusesse em outra posição. Todos perdem com os problemas éticos, com a paralisia e com o mau desempenho do governo Lula, mas a crise afeta essencialmente o Partido dos Trabalhadores e reflete a trajetória desse partido, que em um dado momento de sua história se converteu em máquina eleitoral e optou por se concentrar na conquista da Presidência da República.

A análise dos efeitos perturbadores dessa opção, bem como da cristalização, no Partido dos Trabalhadores, de uma cultura política refratária à valorização do momento institucional e à resolução dos problemas específicos da governabilidade democrática em condições de alta complexidade social, tem sido empreendida de modo tímido pela intelectualidade brasileira, como que a comprovar a hegemonia do discurso petista. Há mais alertas e críticas localizadas que reflexões aprofundadas. Mas o silêncio não predomina e ainda que de modo imperfeito já se acumulou algum conhecimento a esse respeito.

O debate também tem ocorrido entre os intelectuais próximos ou vinculados ao PT, embora muitas vezes em tom de luta interna ou com exagerada ênfase moralizante.

Num artigo publicado em setembro de 2005, por exemplo, o economista Paul Singer – então secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – observou que se estava pagando um preço alto demais pela conversão do PT. Ela

trazia consigo um “avanço incessante da profissionalização do partido, que acabou por subordiná-lo ao imperativo do dinheiro como fonte suprema do poder político”. E refletia uma “crescente despolitização de grande parte do eleitorado, que se deixa seduzir por campanhas que adaptam as artes do marketing comercial à conquista do voto”. Segundo ele, o estado atual do partido seria inaceitável para a maioria dos petistas: nas diferentes instâncias partidárias “quase não há lugar para os militantes, assim como também não há nas campanhas eleitorais, dominadas por marqueteiros e todo tipo de ativistas pagos. Os filiados só participam da vida partidária uma vez a cada quatro anos, quando se realizam eleições diretas para os cargos de direção”. Para que se possa ter algum futuro, concluiu, “é necessário romper o círculo vicioso formado pela profissionalização da direção partidária, pelo predomínio do eleitoralismo e pela perene expansão do aparelho administrativo do partido, cujo custo sobrepuja as receitas partidárias – mesmo quando a conquista de postos em governos multiplica o número dos que contribuem para o fundo partidário”.⁵

Singer seguia, em sua argumentação, um famoso artigo publicado em 1995 pelo jornalista, fundador e dirigente do PT Perseu Abramo, que hoje adquire teor quase profético.

O artigo de Abramo partia da constatação de que o PT estava perdendo “muito do seu charme original e de seu carisma inicial”. Apesar de ter se empenhado vigorosamente na luta contra a corrupção, o partido “infelizmente não conseguiu evitar inteiramente que essa praga manchasse suas próprias fronteiras”, deixando-se pouco a pouco contaminar por “uma certa permissividade, um certo afrouxamento moral”. Para reagir a isso, precisaria elaborar um projeto alternativo que definisse com clareza as transformações que considera necessárias para alterar a fisionomia da sociedade brasileira. Seu foco não deveria ser necessariamente a Presidência da República ou os principais governos da federação, mas sim a preocupação de “alastrar e aprofundar seu enraizamento na sociedade, disputar espaço e liderança nas entidades, nos movimentos, nas organizações e instituições”. Tendo em vista a conquista de uma sempre maior influência social, política e cultural, concluía Abramo, o partido deveria “dar maior nitidez às suas propostas, para que todos saibam quais setores serão enfim beneficiados, quais perderão seus injustos privilégios e que tipo de Brasil o PT pretende construir”.⁶

Poucas dessas preocupações foram postas em prática. A atual crise do PT é, desse ponto de vista, uma crise anunciada, que, a rigor, não deixou de ser denunciada ao longo dos últimos anos. Vejamos algumas manifestações.

⁵ Paul Singer, “Um novo PT”, *Folha de S. Paulo*, 9 de setembro de 2005, p. 3.

⁶ Perseu Abramo, “Um novo PT”, artigo publicado em 28 de janeiro de 1995, agora no site da Fundação Perseu Abramo (www.fpa.org.br/fpa/perseu/novopt.htm).

Para o economista César Benjamin, por exemplo, que participou ativamente da organização do PT até 1994, trata-se de uma crise terminal. “O Partido dos Trabalhadores está morrendo”, diagnosticou em 2003. “Nele não resta mais nenhum espírito transformador, nenhuma autenticidade, nenhum impulso vital. Não tem princípios a defender. Não tem mais referências sobre coisa alguma, pois suas posições estão sendo sacrificadas no balcão em que se fazem as negociações do momento”. Em sua concepção, “o PT não tem, nem pretende mais ter, projeto de sociedade. Tem apenas projeto de poder. Essa volúpia desenfreada, sem ideal, cria o ambiente propício ao cinismo e à corrupção crescentes, a que estamos assistindo, pois a melhor maneira de se manter em cima é copiar os poderosos e se aliar a eles”. Quando da opção pela eleição de Lula à presidência, em 1994-1995, o partido teria enveredado por uma trilha de concessões progressivas, no correr da qual foi alterando sua composição social, seu estilo de organização e de decisão, o padrão de seus dirigentes e operadores. Tornou-se então “uma via de ascensão individual para a afluência material e o poder”. Em decorrência, o partido optou pelo pragmatismo e pelo “realismo” extremo, abandonando valores e princípios. “No lugar da verdade, marketing, dissimulação e engodo, uma enorme operação de deseducação política do povo brasileiro. No lugar de uma ação coletiva, de baixo para cima, um líder que desmobiliza e que, como todo medíocre, começa a se considerar semi-deus. No lugar de um projeto, espertezas, um discurso para cada interlocutor. No lugar de diálogo, ameaças, chantagens, nomeações, demissões. No lugar da luta de idéias, movimentos sempre nas sombras. É o triunfo da razão cínica”.⁷

Em junho de 2005, o senador Cristovam Buarque – poucos meses antes de anunciar seu desligamento do partido –, seguiu argumentação semelhante. Para ele, a crise do governo Lula é mais profunda do que indicam as denúncias de corrupção. “Ela tem raízes na história do PT e no comportamento do governo. Não foi importada, foi criada por nós. As denúncias apenas apressaram o afloramento de uma crise já existente”. No seu entender, ainda que o PT tivesse nascido contestador, nunca chegou a ter “uma bandeira nítida para o futuro”. Sempre foi “um agrupamento de movimentos sociais, sindicatos, grupos de esquerda, descontentes e inconformados com a ditadura, com o capitalismo e com as utopias socialistas tradicionais”. Não propunha o socialismo nem aceitava o capitalismo, e por isso “não era o portador de uma nova utopia”. Cresceu dividido, fortalecendo-se pelas reivindicações de suas várias tendências, que não compunham um programa. “Ao contrário de partidos organizados em torno de um projeto de sociedade, o PT fortaleceu-se como guarda-chuva de reivindicações corporativas que, somadas, não poderiam ser atendidas”. E foi assim que se dirigiu à Presidência da República. “Sem legado próprio, sem bandeira aglutinadora, aprisionado por um grupo regional de São Paulo, o governo do

⁷ César Benjamin, “O triunfo da razão cínica”. Revista *Caros Amigos*, nº 80, novembro de 2003.

PT perdeu-se na prática política arrogante, isolada”. Acabou por se aliar a interesses que imaginava capazes de garantir um segundo mandato para Lula. Desta forma, o partido “envelheceu na incoerência”, recusando-se a reconhecer suas fragilidades, suas falhas e suas opções equivocadas.⁸

Um terceiro exemplo é ainda mais revelador. Escrevendo ao deixar a presidência interina do partido, em setembro de 2005, Tarso Genro, ex-ministro da Educação do governo Lula, observará que uma boa dose de “realismo” era aceitável no governo, que adotou posições amargas por “estrita necessidade” e pôde assim dar continuidade à consolidação democrática do país. O PT, porém, converteu esse realismo em “pragmatismo sem limites”. Com isso, foram-se “desconstituindo progressivamente os nossos compromissos de mudança social e econômica”, que deram lugar à aceitação da estabilidade e da governabilidade “não como metas fundadoras, mas como dogmática da manutenção do poder”. Na visão de Tarso Genro, o PT se confundiu com o governo e deixou de agir como sujeito autônomo e soberano. Em decorrência, “não promoveu iniciativas políticas nem construiu conscientemente capital teórico para oferecer alternativas ao presidente Lula”. Atingiu assim um ponto dramático de inflexão, no qual se faz necessária uma “refundação radical do partido”.⁹

Manifestações como essas dão conta de uma situação grave, que ameaça inviabilizar o PT como partido capaz de governar e simultaneamente de promover a transformação social do país. A crise deixou evidente que o PT terá de se empenhar decididamente para reagir às dores daquela “síndrome” que Gramsci registrou em seus *Cadernos*: “Os partidos nascem e se constituem como organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para suas classes; mas nem sempre eles sabem adaptar-se às novas tarefas e às novas épocas, nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de força (e, portanto, de acordo com a posição relativa de suas classes) no país em questão ou no campo internacional”. Se a organização como um todo não reage e se deixa submeter pela burocracia partidária, o partido “termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda, é esvaziado de seu conteúdo social e resta como que solto no ar”.¹⁰ Em decorrência, a “luta interna” se exacerba ao extremo, fazendo-se muitas vezes acompanhar de cisões e de ajustes de contas que dilaceram ainda mais o partido, acabando por paralisá-lo.

O fracasso de uma experiência

⁸ Cristovam Buarque, “O despertar da militância”, *Folha de S. Paulo*, 28 de junho de 2005, p. 3.

⁹ Tarso Genro, “O PT em seu labirinto”. *Folha de S. Paulo*, 01 de setembro de 2005, p. 3.

¹⁰ Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, volume 3, p. 61-62. Trata-se do Caderno n° 13, § 23.

A crise do governo Lula é funda e traumática sobretudo porque não se reduz a um problema de corrupção. O que está hoje em jogo é um modo de fazer política, de conceber o Estado e de pensar a mudança social.

A crise deixou claro que é impossível revolucionar a vida só com base em “vontade política”, sem uma idéia de Estado, sem uma teoria consistente, sem uma cultura política adequada e sem alianças programáticas consistentes. Em sociedades complexas e diferenciadas como a brasileira, não há como avançar abandonando o social em nome da responsabilidade fiscal, do controle do governo e da composição de maiorias parlamentares a qualquer custo, nem muito menos trocando a “governabilidade institucional” pela “governabilidade social”. O equilíbrio entre o político e o social é a chave para que se viabilize qualquer tentativa de reforma social. O descaso com a democracia formal, o aparelhamento das instituições governamentais, a improvisação e o voluntarismo não ajudam a impulsionar um governo que se deseje transformador. Reformas econômicas e sociais em sentido forte requerem democracia política e mudanças culturais, e todo atrito entre esses planos implica a perda de potência e a descaracterização das intenções reformadoras.

O PT não formulou uma visão consistente do país e do mundo. Dirigiu-se ao governo sem um pensamento articulado, sem propostas claras para governar e sem um programa para dirigir a população e organizar os aliados. Acreditou ser possível mudar o poder apenas com base em integridade moral, em vontade e determinação, em fidelidades acumuladas com os movimentos sociais e as camadas subalternas da sociedade. Entregou-se ao jogo político miúdo, de trocas e compromissos materiais, deixando de fazer “grande política”, ou seja, de agir e de pensar em termos de comunidade política. Não elaborou nem difundiu uma cultura política compatível com a complexidade da reforma social em condições de globalização capitalista e hipermodernidade, banalizando as questões políticas e institucionais. Para complicar, construiu uma auto-imagem de partido “salvacionista”, destinado a “purificar” a vida pública brasileira, a varrer do mapa os políticos corruptos, os pragmáticos e todos os reformistas. Em boa medida, cresceu, como partido, sem ter conseguido resolver de forma satisfatória a relação que deveria estabelecer com o Estado e, portanto, com o sistema político e a “classe política”. Deixou assim de se qualificar tanto para equacionar a questão das alianças, quanto para assimilar os temas específicos da governança e da governabilidade.

Ao chegar ao governo, o PT iria se mostrar sintonizado com sua própria trajetória organizacional. Não foi competente para formar as alianças necessárias, para elaborar um discurso técnico-político adequado e para inovar em termos de gestão. Organizou um governo pouco eficiente e sem originalidade. Dissociou-se até mesmo de seu próprio programa histórico, relegando a questão social a um momento indeterminado

da ação governamental e deixando o mercado demarcar os limites de sua atuação. E não conseguiu “explicar” à sua militância, aos movimentos sociais e aos eleitores as opções pragmáticas feitas por sua direção nacional. Em suma, por não ter cuidado da formação política de seus quadros, de seus dirigentes e de seus militantes, não conseguiu mantê-los unidos e mobilizados quando os desafios da governabilidade passaram a exigir atitudes menos voluntaristas e mais realistas.

Em sociedades atravessadas por interesses que não se compõem com facilidade e inseridas em posição subalterna no capitalismo globalizado, como o Brasil, parece pouco provável que se consiga pensar a organização de novas capacidades de direção intelectual e moral sem o pleno emprego do recurso democrático ao diálogo e à negociação. Mas política também é conflito, competição e ruptura. Nem tudo pode ser negociado e um governo reformador deve apresentar suas propostas, lutar por elas e buscar convencer seus adversários e seus aliados do acerto delas. Caso contrário, fica sem força de propulsão, sem valores e sem identidade, arriscando-se a perder precisamente aquilo que é seu maior trunfo: o empenho para fazer com que o “Estado ético” prevaleça sobre a lógica da economia, do mercado, das oligarquias e dos interesses corporativos.

A conversão do PT em máquina eleitoral (fato inevitável em uma democracia de massas) não foi acompanhada de uma revitalização teórica do partido, nem da reposição crítica de seus vínculos com os movimentos sociais. O crescimento eleitoral não produziu crescimento político. Em vez disso, promoveu uma forte desqualificação dos dirigentes e operadores partidários, que se burocratizaram e se separaram de estruturas teóricas mais elaboradas. Suas maiores lideranças – como Lula – revelaram-se importantes fatores de avanço eleitoral, mas não adquiriram maior qualificação técnica, intelectual e política, acabando por ficar expostas às exigências do marketing e por se entregar a uma hiper-atividade política sem desdobramentos positivos. A cúpula partidária se deixou magnetizar pela experiência de governar, afastando-se de suas bases sociais. O PT se tornou partido de governo sem conseguir apresentar propostas positivas para governar e sem conseguir se manter como partido de luta e de transformação social.

Os fatores que explicam a crise atual já estavam plantados na estrutura social, na trajetória partidária e no modo como evoluiu o processo de redemocratização, no correr do qual a sociedade chegou à modernidade tardia sem que a condição periférica do país fosse superada. A crise apenas aguçou e dramatizou esse processo, injetou mais turbulência e confusão nele. Ajudou a que se percebessem melhor algumas coisas, a que alguns mitos se desfizessem, a que a opinião pública ficasse mais sensível a certos temas e problemas. Mas da crise não nasceram novos sujeitos nem novas

instituições, o que problematiza todo raciocínio que queira interpretá-la em chave positiva ou encontrar nela o oxigênio de que necessita a democracia no Brasil.

Além do institucional

As atuais instituições políticas brasileiras não estão mais respondendo à dinâmica social – às novas formas da modernidade tardia na periferia –, nem sendo “funcionais” à governabilidade e ao processo político. Estão em alguma medida atrapalhando a sociedade, porque não conseguem configurar uma moldura confiável e eficiente, nem fixar regras democráticas razoáveis. O sistema político se soltou da sociedade: despolitizou-se, e está ajudando a fazer com que os cidadãos hostilizem a política, menosprezem a representação e fiquem sem vontade de participar do governo da sociedade. A “classe política”, por sua vez, não se mostra competente para direcionar e organizar o país, ainda que seja integrada por muitos indivíduos sérios e meritórios.

Há hoje no Brasil uma inversão de tendência. Ao longo da história, o Estado e sistema político se mostraram mais avançados do que a sociedade. Conseguiram lhe dar um norte e unificá-la, muitas vezes abusando da força, da autoridade e da ditadura. Não é mais essa a situação. A sociedade brasileira mudou, se diferenciou, ficou mais dinâmica e mais democrática, ganhou maior complexidade. Apresenta faixas enormes de miséria, de violência, de corporativismo, está carente de projetos que a unifiquem e lhe indiquem um futuro. Mas está viva, emitindo sons e sinais que não estão sendo traduzidos adequadamente pela política.

Uma reforma política é urgente e indispensável. Ela, porém, terá de ser também, simultaneamente, uma reforma dos hábitos, das mentalidades, do modo como se pratica e se valoriza o jogo político. Não apenas mudança de regras, mas também mudança de valores e de concepções, pois regras por si só não mudam hábitos e comportamentos. Além do mais, os reformadores – ou seja, a “classe política” –, legislando como têm feito em causa própria, estão desqualificados para reformar as instituições. Também precisam ser reformados.

Por isso, se não se articular com um programa de educação cívica geral, de recuperação do valor da participação política e do debate democrático, a reforma institucional servirá para pouca coisa. Somente como proposição abrangente – como reforma intelectual e moral – é que terá condições de renovar a vida política e incentivar a organização de novos sujeitos políticos e de instituições democráticas fortes.

O ano de 2006 será palco privilegiado para que se procure decifrar o enigma atual: mediante quais formas e com qual projeto poderá ser reposto o protagonismo da

esquerda e da democracia progressista no Brasil? De que maneira uma política de esquerda poderá dialogar com as mais amplas camadas da população, fazendo sentido e dando uma perspectiva de futuro para os mais pobres? O cenário aponta para uma encarniçada disputa pela Presidência da República, à qual as forças políticas associadas ao governo Lula chegarão enfraquecidas e desgastadas. Esse será, porém, somente um episódio. A história seguirá seu curso, impondo novos desafios e abrindo novas possibilidades. E é precisamente para o *locus* de origem do processo histórico – o social, com suas virtudes e seus defeitos, com sua potência e suas limitações – que se terá cada vez mais de olhar.

Texto concluído em dezembro de 2005.